



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 22/03/2021 16:24 - CCTCI

REQ n.22/2021

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

REQUERIMENTO N º _____, DE 2021
(Da Sra. Perpétua Almeida)

Requer a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA para discutir a Medida Provisória 1.031, de 2021, que dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, e os impactos em relação à pesquisa e desenvolvimento no Setor Elétrico Brasileiro.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA para discutir a Medida Provisória 1.031, de 2021, que dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, e os impactos em relação à pesquisa e desenvolvimento no Setor Elétrico Brasileiro.

A Medida Provisória 1031 não tem em seu escopo proteção para que o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL se mantenha, estabelecendo apenas a “manutenção do pagamento das contribuições associativas ao Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel, pelo prazo de quatro anos, contado da data da desestatização”.

Além disso deixará completamente desamparados os demais laboratórios de suas subsidiárias espalhados pelo país, e deixará de ser gerador de demanda para soluções tecnológicas nacionais.

Documento eletrônico assinado por Perpétua Almeida (PCdoB/AC), através do ponto SDR_56058, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



* C D 2 1 2 2 2 3 1 2 2 4 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 22/03/2021 16:24 - CCTCI

REQ n.22/2021

Para a audiência, solicito que sejam convidados:

- Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação,
- Senhor Ministro de Minas e Energia, e
- Representante da Associação dos Engenheiros e Técnicos do Sistema Eletrobras (AESEL);
- Representante dos empregados do CEPEL;

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória 1031 não tem em seu escopo proteção para que o CEPEL se mantenha, estabelecendo apenas a “manutenção do pagamento das contribuições associativas ao Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel, pelo prazo de quatro anos, contado da data da desestatização”. O CEPEL é o principal centro de pesquisas do setor elétrico da América Latina, com 34 laboratórios, alguns dos quais únicos no país e que são utilizados tanto para ensaios em equipamentos elétricos, como para o desenvolvimento de novas tecnologias e a nacionalização de outras.

Mas além do CEPEL o grupo Eletrobras possui outros laboratórios em suas subsidiárias, tais como o Laboratório Central (LACEN) da Eletronorte, em Belém-PA, único laboratório de alta tensão da Amazônia, dentre outros de Furnas, Chesf, CGT Eletrosul, espalhados pelo país e que muito contribuem para a interiorização da pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico pelo país.

Outro papel basilar que a Eletrobras desempenha, além de financiadora desses centros de pesquisa, é o de geradora de demanda para as soluções tecnológicas por eles desenvolvidas. Uma Eletrobras privatizada, ao invés de buscar o desenvolvimento de soluções próprias, desenvolvidas em seus próprios centros de pesquisa, optaria, certamente, pela compra de pacotes tecnológicos importados.

É isso que fazem as demais empresas privadas do setor elétrico brasileiro, em nada contribuindo para a independência tecnológica brasileira num setor que se firma como uma das principais fronteiras tecnológicas desse século.

Documento eletrônico assinado por Perpétua Almeida (PCdoB/AC), através do ponto SDR_56058, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



* C D 2 1 2 2 2 3 1 2 2 4 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Brasil é um país de desenvolvimento tardio para o qual o Estado e as empresas estatais, em diversos momentos de sua história, contribuíram de forma ímpar, sobretudo em seu processo de industrialização. As empresas estatais, no Brasil e em diversos países no mundo, desempenham papel estratégico na produção e ampliação das condições estruturais (infraestrutura e serviços básicos, insumos estratégicos e investimento) para o desenvolvimento econômico e social.

É necessário, portanto, que decisões de grande impacto para o país, como a desestatização da Eletrobrás, sejam pautadas em análises criteriosas e precedidas de intenso debate público, sob pena de comprometerem o futuro do país. Com o objetivo de contribuir com os trabalhos desta Comissão, proponho a realização de Audiência Pública com a participação de autoridades da Engenharia Brasileira para discutir os temas abordados anteriormente.

Por essas razões, apresento o presente requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputada **PERPÉTUA ALMEIDA**

PCdoB-AC

Documento eletrônico assinado por Perpétua Almeida (PCdoB/AC), através do ponto SDR_56058, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



* C D 2 1 2 2 2 3 1 2 2 4 0 0 *

Apresentação: 22/03/2021 16:24 - CCTCI

REQ n.22/2021